

ARTIGOS

1968: A POÉTICA DAS BARRICADAS

PROFA. DRA. OLGÁRIA C. F. MATOS

Paris, cidade-fetice, é a capital da modernidade capitalista e do luxo suntuário, das passagens e galerias, dos templos do consumo. Também a cidade das utopias do progresso, dos êxtases revolucionários e das esperanças utópicas. Nas palavras de Walter Benjamin, ela é a “terra das três grandes Revoluções¹, a França, o país dos exilados, origem do socialismo utópico, pátria de Quinet e Michelet, que abominam os tiranos, terra onde descansam os comunardos.” Paris de 1789, 1830, 1848, 1871, 1936, 1968, 1986, 2006. Paris dos asilos políticos, das barricadas e dos tratados de paz. Cidade da diplomacia, durante o tempo em que “a Europa falava francês²”. Cidade Cultural, desde a fundação da Academia Francesa, sob Luís XIV, quando a literatura foi considerada um bem de utilidade pública. Por um gesto teatral, o rei promoveu a socialização da literatura e da língua francesa face ao latim predominante nas instituições de cultura, devendo ambas concorrerem para a “primavera do mundo e do espírito”. A literatura como empreendimento de um Estado Cultural procurava fazer de Paris uma “nova Atenas, uma nova Alexandria, uma nova Roma”³.

Herdeiro inovador de tradições e revoluções, o maio francês, em um panfleto distribuído em Nanterre, recuperou a cultura como valor de uso da cidade: “queremos viver segundo nossas necessidades” e “fazer da cidade um lugar de animação cultural e criação artística.” Não por acaso, o movimento

expressou seu apego ao Quartier Latin, bairro das Universidades, centro das produções culturais onde se encontram o teatro do Odéon, a Escola de Belas-Artes e das Artes Decorativas. Ao fechamento pela polícia do ateliê popular das Belas Artes responde o grafite: “La police s’affiche aux Beaux-Arts, les Beaux-Arts affichent dans la rue”(a polícia se exhibe ostensivamente nas Belas Artes, as Belas Artes colam cartazes nas ruas). Reavendo os caricaturistas do século XVIII e XIX e suas gravuras políticas, de Grandville a Daumier e Philipon, mas também a iconografia da revolução Russa, da guerra civil espanhola e da Frente Popular de 1936, o maio francês os citava. Mas, diferentemente, em 68 o discursivo domina, não o desenho. Desconfiança, portanto, da simples inovação gráfica, confiança na palavra. Na Sorbonne a inscrição: “Assez d’actes, des mots” (Chega de atos, queremos palavras).

Esta confiança na palavra e no texto escrito, bem como o recurso a imagens marcam uma continuidade histórica, constituindo, ambos, a atualização de uma memória anterior à televisão, a ela contrapondo-se. Por isso, a presença, nos grafites, da literatura clássica, da romântica e da moderna, da poesia à prosa, os grafites expõem a literatura nos muros da cidade, as obras canônicas evocando uma “beleza atemporal”. Colocados ao alcance de todos, estes “tesouros da língua francesa”⁴ expressavam um de-

¹ Trata-se da Revolução Francesa, Revolução de 1848, Comuna de Paris.

² Cf. Fumaroli, Marc, *Quand l’Europe parlait français*, Editions de Falcois, Paris, 2001

³ Cf. Fumaroli, Marc, *Trois institutions littéraires*, ed. Gallimard/Folio, Paris, 1994, introdução, p XXXVI.

⁴ Título de obras muito conhecidas na França e que reúnem sentenças exemplares dos grandes autores franceses, os cultores da língua.

sejo de cultura, liberada do confinamento das bibliotecas, em contato, agora, com o asfalto da cidade: “ a beleza está nas ruas”, lia-se em um cartaz de Montpellier. A preocupação com as palavras revelava-se na consulta freqüente ao dicionário Littré quando, em escala nacional, os jovens estudantes se perguntavam “o que é “chienlit””, arcano lançado por De Gaulle: “La réforme, oui; la chienlit, non.” Proliferam então os grafites com as extensas definições dicionarizadas de “chienlit” (ridicularias, máscaras carnavalescas, palhaçada); e no final a resposta ao Presidente: “ la chienlit c’est lui”.

Na entrada da Sorbonne, uma máxima de La Rochefoucault, devidamente modificada, acolhia o visitante. Em vez de “a juventude é uma embriaguez permanente, é a febre da saúde, a loucura da razão”, a fórmula anônima: “a juventude é uma embriaguez eterna, é a febre da razão.” Do dadaísmo, trechos de Tristan Tzara atestam a alegria poética como atividade cidadã: “buscamos a força justa, pura, sóbria, única. Não procuramos nada, nós afirmamos a vitalidade de cada instante.” Parodiando os mestres literários, o riso desestabilizava códigos. Assim, o poema paradigmático da modernidade amorosa, “Uma Passante”, de Baudelaire, que melancolicamente aceita a impossibilidade do encontro, é transformado em apelo sexual: “j’ai envie de baiser, toi aussi” (quero transar, você também). Portador de mais de um sentido, ao grafite acrescentava-se o verso final de Baudelaire: “Ô toi qui le savais”(ó tu que bem o sabias”). Entre tradição e paródia, a palavra de ordem “CRS/SS” - o Corpo de Segurança da política assimilado à polícia nazista - proveniente das greves de 1947 que guardavam a lembrança da ocupação da França pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. O slogan jogava com aliterações em “s”, como os versos de Racine, bem conhecidos dos franceses, tomados como exemplo

SUMÁRIO

ARTIGOS

1968: Eros e revolução
 Profa. Dra. Olgária C. F. Matos 1

BENILDE JUSTO LACORTE CANIATO

Profa. Dra. Elisa Guimarães Pinto 6

ENTREVISTA

Entrevista com Prof. Dr. Mario Miguel González
 Por Laís Lucas Moreira 6

PREMIAÇÃO 10

I Prêmio NARA MAN’YO é vencido
 por Geny Wakisaka
 Por Gustavo Dainezi 10

Aluna do curso de História ganha prêmio de intercâmbio no 15º Siicusp.
 Por Ricardo Ferraz 11

EVENTOS

XV Encontro Nacional dos Geógrafos USP
 Por Gustavo Dainezi 13

CCInt agora tem seu próprio site
 Por Gustavo Dainezi 14

CCInt realiza segunda edição do Encontro Anual dos Estudantes
 Por Gustavo Dainezi 14

Debates contemporâneos sobre raça, etnicidade, sexualidade e gênero
 Por Gustavo Dainezi 14

A Universidade em Discussão
 Por Laís Lucas Moreira 17

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Descubra mais sobre a mudança que ocorreu nos servidores da FFLCH
 Por Ricardo Ferraz 18

PRODUÇÃO DA FACULDADE 18

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORA:

Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR:

Prof. Dr. Gabriel Cohn

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Grícola Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros – MTb 35814 (SCS) - Membro Assessor. **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Erbert A. da Silva – MTb 35870. **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815. **COLABORADORES:** Gustavo Dainezi, Laís Lucas Moreira e Ricardo Balsani Ferraz. **REVISÃO:** Priscilla Vicenzo da Silva. **FOTOS:** Eusebio Gregório Costa. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1200 exemplares.

de figuras de estilo e de linguagem nos manuais escolares: “pour qui sont ces serpents qui sifflent sur vos têtes” (para quem se destinam as serpentes que assobiam sobre vossas cabeças). Mantida a distância entre a polícia do comandante M. Grimaud e a nazista, bem sucedido no controle dos acontecimentos para que não degenerassem em catástrofe como no México, deveu-se à construção fônica que combinava ameaça e humor. Assim também a inscrição: “le mur murant Paris rend Paris murmurant” (o muro murando Paris, torna Paris murmurante). O elogio do sonho e da palavra provém do surrealismo. Estive nos muros e nas passeatas: “prenez vos désirs pour la réalité” (tome seus sonhos por realidade), “soyez réalistes, demandez l’impossible” (seja realista, peça o impossível), “l’imagination au pouvoir” (a imaginação no poder). E ainda: “não tome o poder, tome a palavra.”

A Paris insurrecional do século XIX e suas barricadas fazia parte da paisagem intelectual dos *enragés* de maio, mas de modo inovador, como se verificava na indiferença das manifestações estudantis dos centros políticos e administrativos da capital. Seus itinerários não passavam por alvos, privilegiados em levantes anteriores, como o Hôtel de Ville ou os palácios governamentais. Não se pretendeu tomar a Assembleia Nacional, mas ocupou-se o teatro do Odéon, pois “quando a Assembleia Nacional se transforma em teatro burguês, os teatros burgueses transformam-se em assembleias nacionais.” O maio francês mesclou, assim, o épico e o lírico. Não se tratava de um programa revolucionário, de oposição política, de reivindicações segundo o jogo do poder que as oposições tradicionais dominam. O que os jovens contestaram e reconheceram em suas palavras-de-ordem, em grafites, em faixas e panfletos foi o mundo desencantado do bem-estar material sem nenhum ideal de espírito. Recusaram o mundo em prosa, ao qual substituíram a utopia. Utopia também em sentido renovado. As grandes manifestações criam palavras de ordem, cantos, cartazes, panfletos e faixas. Estas são enfaticamente significativas do movimento. Palavras mudas, onduladas ao vento, “parecem velas de uma nave que parte para descobrir mundos maravilhosos e desconhecidos.”⁵

Tradicionalmente épicas, nas utopias o herói é um grupo, uma classe, uma nação, uma totalidade

coesa que pratica altos feitos e proezas. O sujeito utópico é “um todo indiviso”, todos os que merecem compor um coletivo harmônico, razão pela qual a esquerda dificilmente deixa de ser épica. Como M Jourdan, e *O Burguês Fidalgo*, de Molière, que falava em prosa sem o saber - o que significa que o cotidiano prosaico resulta em um mundo sem elaboração literária. O maio de 1968 foi, ao mesmo tempo que épico, lírico e garantiu os direitos da subjetividade. O movimento de 68 põe por terra o bolchevismo imaginário do Palácio de Inverno. Não foi uma luta pelo poder mas contra ele. Afastando-se de Marx - para quem a relação entre o homem e a sociedade é central—, da fusão marxista-leninista entre indivíduo e partido, do indivíduo na Totalidade - Partido ou Estado -, da vanguarda do proletariado que só existe enquanto parte do partido, do indivíduo que só o é enquanto “consciência de classe”, o maio francês afirmou, contra a estatização do indivíduo, os direitos da subjetividade e da espontaneidade criadora e consciente. Contrapôs-se à ideologia que condenava o indivíduo, estigmatizava a subjetividade e negava os direitos individuais como “individualismo pequeno-burguês”. Com a crítica à ética da abnegação e do sacrifício, a crítica ao mundo desencantado e burocratizado colocou como lema a verdade triunfante do desejo. Contra o mundo sem sonho, sem poesia - de prosa - fez-se o mês de maio, convertendo a prosa em poesia, uma sociedade em comunidade política - aquela que quer a felicidade e encontra novas razões da vida em comum.

Aqui, o exemplo da Roma antiga, enfatizado nos *Discorsi* de Maquiavel. A cidade não reivindica uma revolução total, indo na contramão daqueles que pretendem instaurar uma ordem definitiva no mundo e na cidade - como os revolucionários que se baseiam no *logos* de filósofos. Porque o desequilíbrio é a matéria vertente da política, a grandeza de Roma deve-se ao “abandono tácito da idéia de solução definitiva”: “embora se passasse de um governo real e aristocrático a um governo popular (...), jamais se retirou toda a autoridade real para passá-la aos aristocratas, tanto quanto não se privou dela inteiramente estes últimos para oferecê-la ao povo; ao contrário, a autoridade, tendo permanecido mista, a república tornou-se perfeita.” Perfeita porque contraditória, porque “imperfeita”. Roma inscreve em suas leis e

⁵ Cf. Canevacci, M., “Irriproducibilità e movimento”, in *Giorni Cantati*, n 2, 1982.

costumes as contradições que atravessam a sociedade, dotando-se dos meios que promovem a paz: “a desunião entre a plebe e o Senado romano tornou esta república livre e poderosa.”⁶ Glucksmann, por sua vez, considera o maio de 68, a “passagem da França à sua hora romana.”⁷

Esta nova Ágora revelou a tensão, inerente à história política francesa, entre a soberania popular e o poder representativo. De fato, desde os anos 1600, a ação coletiva se passa a céu aberto, nas ruas da cidade, da Fronda às jornadas de 1789, de julho de 1830 a fevereiro de 1848, da comuna de 1871 à greve geral de 1936, da greve geral às barricadas de 68. A onda de greves que se espalhou pelo país inteiro, paralisando toda atividade produtiva, foi recepcionada pelos analistas como “a maior greve geral da História.”⁸ Desde que a Comuna de Paris e a autogestão foram substituídas pela República parlamentar, a França promove “reajustes” periódicos entre povo e governantes, o povo periodicamente reeditando a luta anti-parlamentar, que permaneceu viva na França. Aliando Sorel à autonomia dos trabalhadores, as barricadas à festa revolucionária, o maio de 68 foi, nas palavras de Cohn Bendit: libertário, anti-capitalista, anti-totalitário, anti-comunista e lúdico. Não considerou o sistema de partidos ou grupos de pressão a qualquer nível; não participou do sistema nem de seus métodos. O movimento não teve dirigentes, nem hierarquias, nem disciplina partidária. Contestou os profissionais da contestação, recusando o jogo que as oposições dominam. Mesmo as barricadas não tinham caráter defensivo, foram mais um “ato de linguagem” com valor de citação, um imaginário social transfigurado da pintura e da literatura do século XIX, de Delacroix a Flaubert e Stendhal.⁹ E, como observou o historiador Jacques Baynac que acompanhou dia-dia os percursos de maio, a construção das barricadas no Quartier Latin significou um grande momento de convivialidade, reunindo estudantes e moradores do lugar. Neste sentido, escreveria mais tarde Cohn Bendit: “todos faziam qualquer coisa, sem saber. Na

rua Gay-Lussac havia dez barricadas, umas atrás das outras. Não tinham qualquer significado militar. Tínhamos vontade de fazer barricadas.”¹⁰ Política do desejo, em 68 constituiu-se um princípio de realidade outro, diverso do industrial-produtivista, no qual o capital impõe formas de viver e de pensar. Estas se desvendam em comportamentos alternativos, técnicas de comunicação, em novos códigos, distantes das normas prescritas. Contra a reprodutibilidade técnica da informação que caracteriza a sociedade moderna, na qual os produtos da indústria cultural chegam padronizados, se delineia uma cultura da irreprodutibilidade. Massimo Canevacci observa que a Assembléia foi uma de suas formas. Se é verdade que esta forma de política não foi descoberta de maio, em contrapartida ela foi a afirmação de um novo tipo de Assembléia, em ruptura com o cerceamento da experiência, afirmando um nível de comunicação que, através da irreprodutibilidade, atrai para a participação direta segmentos sociais e indivíduos singulares, tradicionalmente exauridos pela televisão e outras mídias. A Assembléia é irreprodutível: sua aura provém do fato de não estabelecer hierarquias ocultas ou manifestas, não codificando, tampouco, quem fala e quem escuta, quem é inorgânico e quem é “organizado”, moções prontas e quem as deve votar. A Assembléia, deste modo, opôs-se ao Congresso, forma convencional e plasmada da política.

Repetição descontínua, a continuidade das experiências revolucionárias é, ao mesmo tempo, ruptura. Com efeito, na tradição do Ocidente e na Revolução de 1789, trata-se da teatralização da violência na qual cena e morte, pensamento e sangue estão estreitamente ligados, a ação histórica é cênica para ter um sentido, e é ação violenta para ser real. Ser teatral significa repetir um modelo, ritualizar um mito. Para evitar a farsa, a Revolução Francesa de 1789, que extraiu seu roteiro da Roma Antiga em seu declínio necessitou da violência, obrigada a manter a seriedade da representação com a morte e com o Terror - o que, de alguma forma, pode ser visto como a consequência de

⁶ Maquiavel, Discorsi, I,2.

⁷ Cf. André e Raphaël Glucksmann, mai 68 expliqué à Nicolas Saorkozy, de Denoël, 2008.

⁸ Cf. Tilly, Charles e Shorter, E., “Les vagues de grèves en France-1890-1968.,” in *Annales, Économies, sociétés, civilisations*, julho-agosto, 1973.

⁹ La Barricade, colóquio do Centre de recherches en histoire du XIXème siècle, org Alain Corbin e Jean-Marie Mayeur, 17-18-19 de maio de 1995.

¹⁰ Cf. Cohn Bendit, *Le Grand Bazar*, 1975

suas premissas teatrais. Consta que em 1968, o filósofo hegeliano Alexander Kojève exclamou: “le sang n’a pas coulé, rien ne s’est donc passé” (o sangue não foi derramado, logo não aconteceu nada). A seriedade fundava-se no fato de dispensar a morte ou se expor ao risco de morrer.

De fato, o maio francês é um tempo disruptivo. Isto quer dizer que o levante de maio não consistiu apenas em ativismo político, pois recusou a lógica do vencedor e do vencido, do traumatismo e da morte. Sua palavra-de ordem dizia: “a morte é necessariamente uma contra-revolução.” Princípio de vida, *Eros*, felicidade sensual e instintiva: 68 foi uma luta pela vida. Por isso a Grande Recusa foi recusa da violência: “se as emoções subjacentes ao totalitarismo são o medo e a destrutividade, *Eros* pertence à democracia.” E recusa da morte. Na madrugada de 11 de maio, após o combate nas barricadas, não havia mortos a resgatar: “assim como se acreditou que no final do enfrentamento haveria um vencedor e um vencido, também passou despercebido que a luta não era para a morte mas, se assim se pode dizer, para a vida e que conseqüentemente as perdas e os ganhos não se mediam em termos de morte mas de vida.”¹¹ E um grafite dizia: “a morte é necessariamente uma contra-revolução.”

Vale lembrar Maurice Grimaud, chefe da polícia de Paris em 68, responsável pela manutenção da ordem nas jornadas de maio. Dez anos transcorridos, publicou suas memórias - *En mai fais ce qui te plaît* (Em maio faça o que te agrada) - tendo garantido a moderação da polícia, considerando como um teatro o inflamado Quartier Latin. *Expert* na história da cidade, os comportamentos insurgentes não o assustavam, nem lhe ofereciam mistério algum. Por isso, de parte a parte houve a decisão de não matar: “a diferença [das rebeliões do passado], é que a polícia não pretende de maneira alguma matar os defensores das barricadas, nem estes, devo dizê-lo, matar os policiais, muito embora os pedregulhos atirados e as garrafas em chamas não sejam inocentes.”¹² A revolução na revolução de maio, foi a mutação da violência, imanente a todas as revoluções

conhecidas, seu deslocamento para o campo simbólico - com o que se criou o descompasso entre as palavras e os fatos. “CRS” tratado linguisticamente como “SS” e não “fisicamente”, em uma relação inédita entre radicalismo e não-violência. Na Universidade de Censier o grafite: “exagerar, eis a arma.” Evocação do *Discurso da Servidão Voluntária*, os revolucionários de maio alcançaram o fundamento filosófico da “desobediência civil”: “o tirano”, escreveu La Boétie no século XVI, “não é nem mesmo necessário combatê-lo, desfazê-lo, ele se desfaz por si mesmo, com a condição que o povo não consinta em servi-lo.” Que se pense, ainda, no movimento estudantil de 2006 contra a “Lei do Primeiro Emprego”, considerada humilhante pelos franceses. Na contramão do gosto pelo realismo político, estudantes barraram o caminho a mais uma supressão de direitos sociais e da dignidade de cada um. Aos milhares desfilaram apoiados por toda a população, da Bastilha ao Sacre Coeur. Cena primitiva das revoluções libertárias e emancipatórias, a Bastilha foi o teatro da queda do absolutismo monárquico, o Sacre Coeur, em Montmartre, o monumento fúnebre aos fuzilados da Comuna. Lá estenderam a faixa: “1789-2006”. Nascimento e sepultamento dos ideais republicanos de igualdade, liberdade, fraternidade e *douceur de vivre*, caso tivesse sido aprovada. Foram cunhados pela primeira Revolução Francesa e, periodicamente, Paris os comemora, fazendo-os renascer a cada aniversário.

Depois da experiência totalitária, o maio francês revelou que uma revolução não se reconhece pela tomada do poder mas por sua potência de sonho, por sua excedência, por sua sobrevida.: “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Cada momento vivido transforma-se em uma *citation à l’ordre du jour*”.¹³ Sonho de democracia direta conquistada por meios culturais, 1968 é o ano matricial presente em todos os movimentos que recusam a submissão ao *status quo* e Paris, a Ágora moderna.

¹¹ Cf. Baynac, J., *Reista Libre* n 3.

¹² Cf. Brossat, Alain, “Violência e Política”, in *Rebeldes e Contestadores*, org. Marco Aurélio Garcia e Maria

¹³ Benjmain, W., tese n 3, in “Sobre o Conceito de História”, *Mito e Magia, Arte e Técnica, Obras Escolhidas I*, ed. Brasiliense, SP, 1987.

BENILDE JUSTO LACORTE CANIATO

PROFA. DRA. ELISA GUIMARÃES PINTO

A lição inexorável da morte surpreende-nos pequenos enquanto recapitula a marca da fragilidade humana. No entanto, aqueles que partem detêm o poder da ressurreição em nossa lembrança, da eterna presença em nosso convívio.

Cultuamos assim a memória de Benilde Justo Lacorte Caniato- vida perpetuada em valores que se traduzem em sábia resistência ao cerco da morte. Ficamos, então, com ela, viva, no coração.

Professora, Benilde levou para o magistério o aprofundamento cavado no mundo das Letras. Nesse campo, moveu-se com admirável mobilidade, procurando explorá-lo mediante finos instrumentos: a busca constante da atualização, a sondagem analítica de mudanças didáticas, a posse de conceitos claros, da informação exata – rotas que lhe traçaram o perfil de professora exemplar.

Soube, assim, transmitir a mãos-cheias, na sublime missão de ensinar, os conhecimentos hauridos no exercício constante do estudo e da pesquisa.

Como um sistema de forças em que se movimentam grandes atributos, o valor de seus ensinamentos estendeu-se a várias comunidades: a Escolas Oficiais e Particulares, à Secretaria de Educação, à Faculdade

Paulistana, à Universidade de São Paulo.

Aqueles que mais de perto usufruíram de seu convívio puderam acompanhar um cortejo de sentimentos os mais nobres. Viram-na abraçando, mergulhada em coragem, as vicissitudes que a vida lhe reservara.

Mãe extremosíssima, numa espécie de compromisso com a dedicação e o amor, partilhou com os filhos os melhores frutos de sua larga bondade.

Havia, na sua maneira sensata de ser e de viver, gestos de dignidade e de fé que não a deixavam se demitir da esperança. De mansinho, paulatinamente, Benilde – criatura mansa, complacente, feita de sensibilidade e brandura – buscava meios de encontrar sábia solução para qualquer problema.

A debilidade física não lhe tolheu a fortaleza espiritual. Amava a vida e gostaria, por certo, de vê-la prolongada ainda por muito tempo.

Ia, assim, inscrevendo em sua conduta linhas de um exemplo tão edificante, que com ela passávamos a desfrutar de um fecundo aprendizado de pudor no sofrimento, de serenidade na aceitação dos desígnios de Deus.

Fica, por tudo isso e por muito mais, entre nós, sua indelével presença.

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM PROF. DR. MARIO MIGUEL GONZÁLEZ – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Em março de 2008, o Professor Mario Miguel González, professor titular aposentado do Departamento de Letras Modernas da FFLCH/USP, assume a Presidência da Editora Humanitas – que hoje se consagra a segunda editora universitária do país. Em entrevista, ele conta quais os planos e aspirações.

Laís Lucas Moreira: Como o senhor percebe a

imagem da Editora Humanitas perante a Faculdade? Ela é a esperada, a ideal?

Mario Miguel González: Eu acho que a Humanitas passou a ser uma figura identificada, especialmente pelos professores, mas ainda muito pouco conhecida e que, assim, conta com pequena participação dos docentes da Faculdade. Não se sabe exatamente o que é a Humanitas, qual a sua relação com a Facul-

dade, o quão importante ela é realmente. Especialmente, não se sabe como e quanto os professores e alunos poderiam colaborar para que ela crescesse mais ainda e desenvolvesse de maneira mais firme, mais sólida ainda, o trabalho fantástico que vem realizando nos últimos anos.

LLM: Quais são as principais metas da sua gestão?

MMG: Bom, há metas imediatas e há metas de médio e longo prazo. De imediato, há um problema estrutural que deve ser resolvido, que são as relações da Humanitas com a FFLCH. Isso porque a Humanitas foi criada para colaborar com a Faculdade na edição de sua produção e na distribuição de suas publicações. Foi criada como uma entidade que deveria ser autônoma, mas que acaba não sendo. Isso porque está atrelada à Faculdade institucionalmente. Por exemplo: o presidente é eleito a partir de uma lista tríplice encaminhada pelo diretor da Faculdade; os membros de sua diretoria são “representantes” dos Departamentos da Faculdade, mesmo que nomeados pelo presidente. Uma associação autônoma não deveria depender dessa maneira. Qual a consequência dessa dependência? Que se estabeleceu uma relação questionável. A Humanitas passou a ocupar o lugar do Serviço de Editoração e Distribuição da Faculdade, sendo que deveria existir apenas uma colaboração da Humanitas com a FFLCH. Em função disso, foi difícil até agora estabelecer e definir essas relações. Um projeto de convênio entre a Humanitas e a FFLCH, enviado há dois anos e meio à Consultoria Jurídica da USP, só agora voltou. Eu espero que, com base no parecer da CJ, seja possível definir as relações da Humanitas com a nossa Faculdade. Meu objetivo imediato é analisar com os colegas da diretoria da Humanitas, como estabelecer uma nítida separação entre a Associação e a FFLCH. Ou seja, dar à Humanitas uma autonomia do ponto de vista legal, que permita, aí sim, estabelecer um convênio com a FFLCH. Fazer com que a Humanitas não dependa da Faculdade, e assim possa colaborar com ela. Esse é um projeto de curto prazo, que significa reformar os estatutos, redigir o regimento geral – que nunca foi redigido. Nesse regimento, estará o detalhamento de como funcionaria e, com isso em mãos, poderemos definir um convênio que permita desenvolver a colaboração com a Faculdade sem ferir a legalidade. Tudo isso, desde que esse documento seja aprovado pelo CTA e conte com a aprovação

dos associados da Humanitas, evidentemente.

Agora, a médio prazo, para poder ter essa maior autonomia, sobreviver sozinha e colaborar com a FFLCH, a Humanitas precisa ter mais associados. Já estou iniciando uma campanha no sentido de conseguir que um maior número de professores se associem. Os sócios efetivos da Humanitas têm que ser professores da Faculdade; alunos e outras pessoas alheias ao corpo docente da FFLCH podem ser sócios colaboradores. A vantagem dos associados é que a contribuição que eles fazem para a Humanitas pode ser descontada do imposto de renda devido. Isso acontece porque a Editora encaminha projetos ao Ministério da Cultura e, em função da Lei Rouanet, essa contribuição para sustentar a Humanitas pode ser descontada do imposto. Isso, porém, só pode ser feito na medida em que a Humanitas elabore projetos. Para isso, precisamos que os projetos cheguem, necessariamente, através dos sócios efetivos; precisamos que os professores se associem à Humanitas e tragam seus projetos; ou que os alunos, se possível, se associem também como sócios colaboradores e encaminhem através dos sócios efetivos seus projetos de publicação. Por exemplo, um aluno de pós-graduação que escreveu sua tese, está interessado em publicá-la, a Humanitas é um caminho. O conselho editorial examinará esse texto – se tiver uma recomendação de publicação por parte da banca, evidentemente é muito melhor – e aí nós, com a mediação do sócio efetivo que apresentar a proposta, estabeleceremos uma parceria com alguma agência, como o CNPq, a FAPESP, etc. Contando com uma verba que cubra metade do custo da publicação, a Humanitas põe a outra metade e se encarrega de todo trabalho de edição, venda, distribuição e divulgação desse texto.

Hoje é fundamental para os programas de pós-graduação a publicação das teses, em especial das teses de doutorado, pois isso é um ponto importantíssimo para a Capes. Os programas dos cursos da Faculdade, em geral, têm notas altas na Capes, mas em muitos casos poderiam ser ainda mais elevadas, se houvesse um maior cuidado com publicações.

Em segunda instância, contando com um maior número de associados, vou tentar consolidar a Humanitas do ponto de vista de um corpo associativo, de maneira que forneça os recursos para que possamos ter os funcionários necessários, e não dependamos de funcionários da Faculdade. A

FFLCH tem seu próprio Serviço de Editoração e Distribuição, mas ele ficou um pouco à sombra da Humanitas, ainda que esse Serviço seja responsável diretamente pelas revistas da Faculdade – são 39 revistas. Em números, um dado que não se leva em conta é a importância que a Humanitas adquiriu nos últimos anos, desde sua fundação, em 2003. Nós já tivemos 145 volumes publicados; isso, em 5 anos, significa um volume a cada 12 dias e meio; esse é um padrão de uma editora comercial de médio porte. Isso faz da Humanitas a segunda editora universitária do país; só está atrás da Edusp. Deve ser levado em conta que, em que pese a qualidade dos textos publicados, dificilmente uma editora comercial arcaria com o risco de vender um pequeno número de volumes, devido ao público altamente especializado a que eles se destinam. Como aqui não há interesse de lucro, nós podemos correr esse risco, mas temos que ter os recursos necessários para que a Humanitas não afunde, nem dependa da Faculdade. Para tanto, fundamentalmente precisamos de um corpo associativo maior.

E um objetivo de prazo mais longo é dinamizar, agilizar, estender a distribuição. Porque uma editora não é nada se não distribui. Não adianta imprimir livros, se os deixarmos guardados. Temos que distribuir esses livros, temos que chegar a todas as universidades públicas e as melhores privadas do país para que eles sejam acessíveis, sejam de conhecimento de todos os interessados. Já temos um site na internet, e lá há um catálogo onde é possível comprar os nossos livros; mas nós temos que ir além, temos que dinamizar ao máximo os mecanismos de distribuição.

LLM: Retomando, quais são os aspectos da atual situação a serem alterados emergencialmente?

MMG: Conforme coloquei, a emergência hoje é que não haja funcionários da Faculdade descontentes pelo fato de estarem trabalhando para uma associação “extra-faculdade”. Que não haja queixas no sentido de que isso está sendo feito sem nenhum amparo legal e de que, sem nenhum amparo legal, a Humanitas usa o espaço da Faculdade, usa recursos da Faculdade. A intenção é não apenas legitimar, mas legalizar isso ao máximo, para que o funcionário se sintá trabalhando para a FFLCH; e se a Humanitas

está no meio, é porque há um acordo, um convênio, alguma coisa que lhe permite realizar esse trabalho. Se a Humanitas ocupa o espaço de uma livraria na Faculdade, que isso esteja devidamente sacramentado, que os colegiados da Faculdade e a Universidade estejam de acordo com isso e que haja garantia absoluta que a Faculdade não sairá perdendo com isso. Para isso eu acho que nós temos que ter muito clara uma coisa: qualquer excedente financeiro da Humanitas tem que ser inexoravelmente aplicado pela Humanitas no desenvolvimento de sua única finalidade que é colaborar com a FFLCH na edição da sua produção intelectual. Dessa maneira não haverá espaço para que ninguém pense que possa haver desvio de dinheiro ou coisa parecida. Também é necessário deixar claro que é necessário que a Humanitas, caso precise utilizar algum serviço da Faculdade, tenha como pagar e pague por isso – embora já venha acontecendo dessa maneira. Eu já me comprometi com os funcionários da FFLCH nesse sentido. Ao longo desse semestre, se possível, regulamentaremos a nossa situação.

LLM: Como funciona a relação dos sócios com a Editora? Há alguma modificação a ser feita nesse quesito?

MMG: Eu acho que há, sim, uma alteração profunda a ser feita. Por exemplo, eu sou sócio da Humanitas desde sua fundação, em 2003, e nunca fui convocado para uma assembléia, nunca participei de maneira direta, de decisão nenhuma com relação à Humanitas. Acho que ela precisa funcionar, ou seja, os sócios têm que ter uma participação ativa, o conselho editorial tem que ser convocado regularmente para dar pareceres sobre as propostas de publicações; a diretoria tem que ser convocada para traçar diretrizes de atuação da Humanitas. E eu não pretendo fazer absolutamente nada sozinho, pretendo trabalhar sempre com a diretoria, com o conselho editorial, com a assembléia dos associados. A partir disso eu pretendo também dinamizar a apresentação de projetos. Porque se nós não temos projetos para apresentar ao Ministério da Cultura, nós não temos como favorecer os associados com os descontos do imposto devido do que eles pagaram durante o ano. É preciso haver esse jogo e para isso nós não podemos cair em uma inércia, uma letargia. Eu sei que se

nós deixarmos andar as coisas como estão, elas continuariam. Mas essa inércia se esgota, e aí se perde em qualidade, se desvia o rumo certo, se perde o controle do que está sendo publicado etc. Ou seja, a Humanitas tem que estar presente como entidade, os associados têm que ser participantes.

LLM: Quais são os princípios que a gestão adotará como prioridades? Suas qualidades, suas características?

MMG: O primeiro princípio é que se esteja muito claro a separação entre o público e o privado. Neste caso, trata-se de uma instituição privada que é uma fundação, ou seja, se você consultar o dicionário, uma entidade criada não visando lucro, mas com o intuito de beneficiar terceiros ou uma instituição pública. Neste caso, nosso objetivo é beneficiar a FFLCH. Mas, como você tem uma instituição particular e uma pública, têm que estar muito claras as relações entre uma e outra, para que não coloquemos o público a serviço do privado. Essa é a primeira coisa, uma questão de ética.

Em segundo lugar, consolidado isso, temos que cuidar de aproveitar as oportunidades para desenvolver um trabalho, não apenas na maior quantidade possível, mas preservando a qualidade. Fundamentalmente, qualidade.

LLM: O senhor gostaria de deixar mais alguma mensagem?

MMG: Eu gostaria de aproveitar a entrevista e a publicação para fazer chegar aos colegas professores da Faculdade, aos alunos da graduação e aos ex-alunos, esse pedido: venham colaborar com a gente. Pois o benefício não será de 4 ou 5 pessoas, será da Faculdade como um todo, dos programas de pós-graduação, especialmente. Para isso, é necessário que a Humanitas triplique, no mínimo, o número dos seus associados, que hoje é de 65. Para conhecer a Humanitas e associar-se, o mais prático é entrar em nosso *site*. O associado paga entre R\$ 20,00 e R\$ 60,00 por mês, dependendo de sua categoria docente ou discente. E, além do desconto no IR devido, tem 50% de desconto na compra dos livros da Humanitas, pode participar da administração da Humanitas e (no caso dos docentes) apresentar propostas de publicações. O *site* da Humanitas é:

<http://www.editorahumanitas.com.br> . E os nossos telefones estão à disposição dos interessados: 3091-2920 e 3091-4593.

LLM: Quem faz parte do conselho editorial da Humanitas?

MMG: Pelo estatuto da Associação Editorial Humanitas, sua diretoria e seu conselho editorial são a mesma coisa. Além deste presidente, do vice-presidente, o Prof. Dr. Marco Aurélio Werle, os atuais conselheiros, por departamento da FFLCH, são os seguintes:

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA:

Profª Dra. Beatriz Perrone-Moisés;

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA:

Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão;

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA:

Profª Dra. Sueli Angelo Furlan;

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA:

Profª Dra Vera Lúcia Amaral Ferlini (titular) e

Profª Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro (suplente);

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS:

Prof. Dr. Antonio Dimas (titular) e

Prof. Dr. Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin (suplente);

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS:

Profª Dra. Valeria de Marco (titular) e

Profª Dra. Véronique Dahlet (suplente);

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA:

Profª Dra. Beth Brait (titular) e

Profª Dra. Margarida Maria Taddoni Petter (suplente);

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA:

Prof. Dr. José Jeremias de Oliveira Filho (titular) e

Profª Dra. Vera da Silva Telles (suplente).

O conselho não conta com representantes dos departamentos de Filosofia, Letras Orientais e Teoria Literária e Literatura Comparada.

PREMIAÇÃO

I PRÊMIO NARA MAN'YO É VENCIDO POR GENY WAKISAKA

POR GUSTAVO DAINEZI

A professora Geny Wakisaka, aposentada pelo Departamento de Línguas Orientais da FFLCH, receberá o “NARA MAN'YO PRIZE” da prefeitura de Nara, no Japão, pela sua tese de doutoramento “O mundo poético de Yoshino nas mutações do poema longo (chôka) japonês”, defendida pela FFLCH, em 1987, sob orientação da professora Aurora Fornoni Bernardini.

O prêmio NARA MAN'YO foi idealizado pela prefeitura de Nara como parte de um movimento de promoção mundial dos estudos da antologia poética *Man'Yo-shu*, que tem forte ligação histórica com a cidade, e destaque na literatura japonesa.

A tese da professora Geny foi a premiada entre teses e estudos do mundo todo. Ponderando também o fato de esta ser a primeira edição do prêmio, podemos, sem dúvida nenhuma, colocar a tese vencedora entre as melhores já produzidas.

Conversamos um pouco com a professora, que viajará ao Japão, custeada pela prefeitura de Nara, para receber o prêmio, no dia 10 de Maio de 2008.

Gustavo Dainezi: Como se sente por ter recebido este prêmio?

Geny Wakisaka: Surpresa, pois estou aposentada desde 1996, e a tese foi defendida em 1987.

GD: O fato de ter sido dado pela província de Nara valoriza ainda mais o prêmio?

GW: Sim, sem dúvida. Em Nara, os 4500 poemas (aproximadamente) *Man'Yo-shu* foram feitos, por

volta do séc VIII. O tema está bastante atual ainda, e a cidade construiu recentemente museus e fundações com o intuito de divulgar toda esta obra no exterior.

GD: Quais as principais características da tese que, a seu ver, fizeram-na se destacar no cenário internacional?

GW: Pesa o fato de a maioria dos trabalhos sobre o *Man'Yo-shu* serem apenas traduções, enquanto o meu foi um trabalho de pesquisa, citando historicamente o momento em que foram produzidos os poemas, e analisando a obra em si.

Acredito também que um fator importante na difusão da minha tese, e que decisivamente contribuiu para que eu fosse escolhida neste prêmio, foi a edição de meu livro, *Man'Yo-shu Vereda do Poema Clássico Japonês*, pela editora Hucitec, editado um pouco tardiamente, reconheço (1993).

A tese

A tese da professora Geny consiste em uma análise do poema longo japonês, o *Chôka*, um dos mais importantes dentro da antologia *Man'Yo-shu*, e que desapareceu após o período em que ela foi elaborada. Traça também um panorama histórico-cultural entre os séculos V e VIII (a *Man'Yo-shu* foi produzida entre os séc. VII e VIII). Nesta análise, buscou elucidar as relações com a China e com a Coreia, que influenciaram a obra. Além disso, analisou a obra em si, suas estruturas formais, sua organização.

Segundo Geny, este foi um diferencial qualitativo importante para receber o reconhecimento de excelência que é o prêmio NARA MAN'YO-SHU.

ALUNA DO CURSO DE HISTÓRIA GANHA PRÊMIO DE INTERCÂMBIO NO 15º SIICUSP.

ENTREVISTA COM JOANA SALEM VASCONCELOS
POR RICARDO FERRAZ

Neste mês de fevereiro foram divulgados os nomes dos alunos contemplados com o prêmio de intercâmbio da 15ª edição do Siicusp (Simpósio Internacional de Iniciação Científica Universidade de São Paulo). Realizado entre os dias 21 e 23 de novembro passado, o evento reuniu estudantes de toda a universidade, proporcionando uma discussão sobre o conteúdo das pesquisas de iniciação científica, com intercâmbio entre os alunos que estão divididos de acordo com suas áreas. Dentre os 13 trabalhos selecionados para o prêmio está o de Joana Salem Vasconcelos, aluna do 4º ano de história, única representante da FFLCH. Joana, que foi orientada no projeto pela professora Vera Lucia Amaral Ferlini, agora terá a oportunidade de apresentar seu trabalho em um simpósio similar na Universidade do Porto, em Portugal. Na entrevista abaixo, ela nos conta mais sobre seu projeto, fala sobre a pesquisa na graduação, e ainda comenta seus planos para a carreira.

Ricardo Ferraz: Já existia essa pesquisa quando você entrou na iniciação?

Joana Salem Vasconcelos: Na verdade esta pesquisa com a qual eu acabei sendo premiada no Siicusp é uma pesquisa individual, de iniciação científica, mas que está dentro de um projeto temático sobre as dimensões do império português. Este inclusive tem relação com o Instituto Camões, e com outras instituições, públicas e também de outros lugares. É um projeto que existe principalmente aqui, um projeto da História, e que está dentro da Cátedra Jaime Cortesão. Esse projeto envolve vários professores daqui do departamento, vários alunos de mestrado, doutorado, e alunos de iniciação científica também. Então, acaba sendo assim: é um projeto amplo, que tem a intenção de estudar um largo período da História, mas que acaba sendo composto por várias iniciativas específicas, no nível do detalhe, feitas por alunos e professores.

RF: Esse foi o seu primeiro projeto de pesquisa?

JS: Eu acabei conseguindo a bolsa no primeiro ano de faculdade, a bolsa do CNPQ, com esse projeto. O

que é uma coisa bem rara, porque hoje em dia as bolsas de iniciação são bem restritas. Se você for ver, a grande maioria dos estudantes de História e os estudantes da FFLCH não tem acesso à pesquisa na graduação, o que é um grande problema na realidade. No caso específico da história, a grande maioria dos alunos vai ser professor mesmo, e acabei então conseguindo ter acesso a essa bolsa, com um projeto que foi de iniciativa da orientadora, que é a Vera Lúcia Ferlini. O projeto foi de iniciativa dela, enquadrado já nos planos e no projeto maior da dimensão do império português, e eu fui desenvolvendo com alguma autonomia dentro daquilo que estava sendo proposto. Mas de forma geral, apesar de haver já um pré-planejamento que não foi elaborado por mim, ao longo do processo, da pesquisa, eu tive bastante autonomia para mudar os rumos, inventar os caminhos.

RF: Quanto tempo demorou o projeto?

JS: Ele foi uma pesquisa desenvolvida em dois anos, de 2005 a 2007.

RF: Foi o tempo total de duração da bolsa?

JS: Sim, foi. Ela foi renovada uma vez, então foram dois ciclos de bolsa.

RF: Como será esse intercâmbio de iniciação científica?

JS: É um intercâmbio específico para esse congresso. É como se na Universidade do Porto houvesse um simpósio análogo ao que é o Siicusp na USP, com duração de 4 a 5 dias. Eu vou apresentar lá o mesmo trabalho que apresentei aqui, é uma espécie de convênio que existe entre as duas universidades. Na verdade é uma viagem para eu apresentar o trabalho e voltar. Mas é uma experiência em outro país de produção de pesquisa em graduação, e ainda mais que a minha pesquisa, por ser sobre o Brasil colonial, tem muito a ver com Portugal também.

RF: Você pode falar um pouco do objeto da pesquisa?

JS: O projeto inicialmente tinha o plano de estudar

10 anos da capitania de São Paulo, no séc. XVII. A capitania havia sido extinta e submetida à jurisdição do Rio de Janeiro, e naquele século, por conta de algumas questões relacionadas com problemas na fronteira, voltou a existir, foi restaurada. Era uma estratégia de que ela poderia ser um ponto geográfico importante na expansão do império português para o sul, e na consolidação dessa fronteira. O recorte do meu trabalho era exatamente os primeiros 10 anos da capitania de São Paulo restaurada, mas a partir desse recorte específico também acabei caminhando para um trabalho um pouco mais geral a respeito do próprio processo vivido pelo sistema colonial no séc. XVII. O meu recorte é de 1765 a 75, mas é possível com ele entender um processo de crise do sistema colonial. Ele estava relacionado com as mudanças na política da coroa portuguesa com o diretório pombalino, e como essas políticas da coroa portuguesa e de Pombal significam uma tentativa de modernização da administração colonial. São Paulo é um exemplo disso, porque tem fomento da lavoura, diversificação da lavoura, criação de vilas, criação de estradas; tem uma intenção modernizadora, ao mesmo tempo em que visa a manutenção do exclusivo colonial.

RF: Poderia comentar um pouco da importância que teve a iniciação científica para o seu plano de estudos, sua vida acadêmica, e o papel dela para os estudantes em geral?

JS: Acredito que uma das coisas mais importantes da iniciação científica, da iniciação à pesquisa, tem a ver com a idéia de que você vai produzir um conhecimento que é próprio, que você que produziu. Não que seja algo nunca dito, uma inovação absoluta, mas você amarrou aqueles aspectos. Essa relação de produção de conhecimento muitas vezes não acontece dentro de sala de aula, quando você acaba apenas captando o conhecimento do professor, o que é errado. Aluno significa sem luz, então ele recebe a luz do professor e tudo bem. Já o estudante recebe, troca, existe essa relação. A pesquisa é importante, e a idéia de produção de conhecimento deveria estar mais presente na sala de aula também; acaba ficando um pouco exclusiva, a sala de aula reproduz o conhecimento, a iniciação e a pesquisa produzem, mas não é bem assim que tem que ser. Por isso é importante, como foi para mim especificamente, porque eu estava no começo do curso e acabei con-

seguindo, através do projeto de iniciação, relacionar várias disciplinas. Uma disciplina de história moderna, por exemplo, foi fundamental para minha pesquisa, para eu entender o processo geral da história moderna na Europa, na independência dos EUA, e na América Latina também. No meu caso a iniciação conseguiu dar um amarramento para as várias disciplinas que eu estava fazendo, e que não poderiam estar tão bem relacionadas assim. Falando da iniciação científica, eu acho que o acesso à pesquisa é muito importante, e a universidade pensa pouco nisso, talvez ainda mais aqui na FFLCH. Mas a iniciação é importante justamente para produção do conhecimento, para aprender a produzir conhecimento com as fontes, aprender a lidar com os documentos, com a historiografia. Mas ela é muito restrita no departamento de História. É muito grande o número de alunos que têm vontade de fazer a iniciação, mas não conseguem acessar um professor que vai orientar, ou uma bolsa, ou mesmo ter acesso a uma estrutura para elaborar um projeto. Isso prejudica bastante a formação, é preciso pensar em formas de democratizar o acesso à pesquisa.

RF: Como é hoje a estrutura que a USP oferece para a iniciação científica?

JS: Existem duas questões: uma é que de fato existe pouca oferta de bolsa de pesquisa; a outra é que também existe falta de comunicação sobre o que é oferecido. Por exemplo, surgiu essa nova bolsa, promovida pela reitoria, que se chama “bolsa ensinar com pesquisa”. Ela é destinada a alunos de escola pública, acredito que seja 250 ou 300 reais, e é uma bolsa para qual houve sobra de vagas. Quer dizer, ela não foi divulgada, existe demanda, mas a divulgação não foi suficiente. Apesar de haver uma demanda muito grande, também existe uma falta de comunicação, uma falta de informação das pessoas para saber como acessar a pesquisa.

RF: Como foi a orientação da professora Vera Lucia Amaral Ferlini?

JS: A Vera tem vários orientandos, e acho que o mais importante desse projeto que eu fiz tem a ver com ele não ser isolado. Ele tem uma inter-relação com o próprio trabalho da professora, com a pesquisa que ela desenvolve, e com o trabalho dos outros orientandos, de outros alunos de iniciação que estão dentro do projeto temático. Isso é um pouco raro na USP, há vários

casos em que você tem uma relação direta com seu orientador, mas que essa relação fica isolada. Daí a iniciativa de ter projetos temáticos. Inclusive, nesse caso é um projeto apenas de história, mas poderiam existir outros projetos temáticos interdisciplinares, com a relação da pesquisa do estudante de ciências sociais com o estudante de antropologia, de geografia, ou história. Não existe isso, mas poderia existir, e seria muito interessante se houvesse.

RF: Quais são seus projetos para a vida acadêmica?

JS: Eu estou com outro projeto de pesquisa, que também é bolsa Pibic, mas com outro orientador. Ele tem mais a ver com a área de teoria da história, filosofia da história. Eu até tenho planos de fazer um

mestrado, de fazer um aprofundamento na pesquisa depois da graduação, mas também planejo dar aula. Acredito que o historiador não escapa de ser professor, mesmo porque o historiador não existe, não é uma profissão regulamentada. Na prática, o que acontece com algo como 90% dos alunos que estudam aqui é que vão ser professores. Eles se formam em bacharelado, como se fossem pesquisadores, mas a maioria faz licenciatura, e a esmagadora maioria vai ser professor mesmo.

RF: Foi o que aconteceu com você?

JS: Não, eu entrei pensando o contrário, que eu não gostaria de ser professora, e depois percebi rapidamente que gostaria de ser.

EVENTOS

XV ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS SERÁ NA USP

POR GUSTAVO DAINEZI

O **Encontro Nacional de Geógrafos – ENG**, realizado a cada dois anos, tem se constituído como o principal evento da Geografia brasileira. Próximo de sua décima quinta edição, o ENG, além de congrega o maior número de participantes em torno das questões da Geografia, também é um momento de avaliação, debate e encaminhamentos do *pensar* e do *fazer* Geografia, em diálogo profundo com a Universidade, Entidades de Pesquisa e de Representação, e Movimentos Sociais.

O Encontro Nacional de Geógrafos é o evento de maior participação da comunidade geográfica brasileira, produzindo-se como espaço de intensa reflexão em torno das questões que tangem a Geografia, em especial em relação às principais problemáticas que envolvem a produção do espaço brasileiro. Da mesma forma, é o momento em que a Geografia, em diálogo também com outras áreas do saber, *se mostra* e *se reflete* em um conjunto de atividades das quais se destacam os Espaços de Diálogos e Práticas, onde são

apresentados e discutidos aproximadamente três mil trabalhos acadêmicos e relatos de experiências, que envolvam o pensamento e a prática em Geografia.

A finalidade principal do Encontro Nacional de Geógrafos é congrega a comunidade geográfica brasileira, envolvendo-a em um conjunto de atividades e discussões que possibilitem avaliar, discutir e encaminhar questões pertinentes à ação e ao pensamento geográfico no Brasil. Seus principais objetivos são constituir-se como espaço de reunião da Geografia brasileira (professores, pesquisadores, alunos e sociedade em geral) em intenso debate sobre práticas e concepções geográficas, e ser um momento de profunda troca de experiências e saberes, contribuindo para o avanço da Geografia tanto na universidade como em toda a sociedade.

O encontro acontecerá entre 20 e 26 de Julho de 2008, na Universidade de São Paulo. Para inscrições e maiores informações, acesse o Site da AGB – www.agb.org.br.

CCINT AGORA TEM SEU PRÓPRIO SITE

POR GUSTAVO DAINEZI

A idéia do site é facilitar a difusão e o entendimento dos programas e serviços da CCInt e ser uma fonte permanente de informação.

A Comissão de Cooperação Internacional da FFLCH lançou, em fevereiro, o seu site (<http://www.ffiich.usp.br/ccint/index.html>).

Nele pode ser encontrado quase todo o tipo de informação necessária para que se possa aplicar a um programa de intercâmbio, contatar uma universidade estrangeira, propor um convênio ou acordo entre universidades, contatar os funcionários e co-

nhecer as estrutura da CCInt.

Há também um espaço para os estudantes estrangeiros, que poderão saber quais os cursos oferecidos para eles, e quais os documentos necessários para aplicação a uma vaga.

Docentes que desejem firmar novos convênios também encontram instruções no site.

Além da informação sobre os serviços, o site conta com links úteis, que vão desde o site da USP até sites de universidades pelo mundo todo, e com uma seção de notícias vindas do site da CCInt central da USP.

CCINT REALIZA SEGUNDA EDIÇÃO DO ENCONTRO ANUAL DOS ESTUDANTES

POR GUSTAVO DAINEZI

A Comissão de Cooperação Internacional da FFLCH organizou, este ano, o 2º Encontro de Estudantes. O encontro aconteceu no dia 31 de Março, no prédio de História, e foi ainda melhor que a primeira versão, realizada ano passado.

O objetivo do encontro é trazer ao ambiente acadêmico da FFLCH os estudantes estrangeiros, de forma que se familiarizem com as práticas da faculdade, com os espaços, com a cultura brasileira e com seus novos cursos.

Assim, os estudantes que chegam do exterior podem aproveitar bastante o encontro, pois, além de receberem apoio e trocarem experiências com os alunos brasileiros da FFLCH, têm a chance de confraternizar com intercambistas “veteranos”, que também comparem, como gesto de aprovação e

reconhecimento da importância do encontro.

O encontro se propõe a manter o espírito jovem e de confraternização até o último momento. Por isso mesmo, não há uma agenda fixa, ou uma programação estabelecida. A ordem é trocar experiências.

As conversas entre os alunos passam por determinados assuntos, como o dia-a-dia das aulas, o funcionamento do xerox (é uma prática mais brasileira do que mundial), o que esperar das disciplinas, qual professor é mais exigente, e, etc. A CCInt também espera colher informações sobre dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros em intercâmbio aqui, para que sua atividade possa ser aprimorada.

O encontro foi realizado após o fechamento desta edição, portanto a cobertura completa do evento poderá ser lida na próxima edição do INFORME.

DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE RAÇA, ETNICIDADE, SEXUALIDADE E GÊNERO

POR GUSTAVO DAINEZI

Nos dias 5 e 6 de Março, o Departamento de Antropologia realizou o seminário internacional “**Debates contemporâneos sobre raça, etnicidade, sexualidade e gênero**”, que reuniu acadêmicos do Brasil, da Inglaterra, da Colômbia e dos EUA.

Na ocasião, entrevistamos os coordenadores do Seminário, os professores Júlio Assis Simões e Laura Moutinho.

JÚLIO ASSIS SIMÕES

Gustavo Dainezi: Quais as principais problemáticas que incitaram a realização do seminário? Quais as expectativas ao término do seminário?

Júlio Assis Simões: De um lado, nós temos os problemas sociais referentes às formas de discriminação e violência relacionados a categorias de raça, sexualidade e gênero - racismos, sexismos, expres-

sões da homofobia. De outro, temos as demandas políticas por cidadania ligadas ao pertencimento a essas mesmas categorias: negros, quilombolas, mulheres, homossexuais, GLBTs, etc. que não são somente expressas pelos movimentos sociais, mas têm sido assumidas cada vez mais como políticas de Estado. O cruzamento dessas duas ordens de problemas não é nada simples. Do ponto de vista da pesquisa, a grande problemática de fundo, me parece, é esse processo de construção de novas categorias sociais como sujeitos de direitos. O tratamento político dessas questões tem sido segmentado, e isso reflete em parte o fato de que esses campos de estudos se desenvolveram separadamente entre nós. Nosso interesse por meio desse seminário - e aí já respondo a pergunta seguinte - é chamar a atenção para a necessidade de compreendermos melhor como operam as diversas formas de sujeição referidas a raça, sexualidade e gênero, o que nos força a tratar esses marcadores de forma articulada, não como sujeições separadas, mas que se produzem em conexão umas com as outras.

GD: No Brasil, quais as questões que mais interferem nas relações entre raça, sexualidade e gênero?

JAS: Além das questões políticas e sociais contemporâneas, apontadas anteriormente, um aspecto importante é que esses marcadores, em suas diversas combinações, formam a matéria privilegiada a partir da qual o Brasil vem sendo pensado como nação e como povo, seja sob os signos da sensualidade, do exotismo e da tolerância, seja sob os signos da repressão, da escravidão e da violência. Como também ocorre em outros territórios alcançados pela expansão européia, as idéias de Brasil são em grande parte produto de um discurso imperial preocupado em construir alteridades a partir da influência na constituição do povo e da nação dos supostos traços “pré-modernos” e “não-ocidentais” representados pela presença das populações ameríndias e africanas - e gênero aqui é crucial, pois freqüentemente esses “outros” são “outras”, são feminizados.

GD: O Brasil é um país atrasado quanto às relações de raça, sexualidade e gênero? Como ele se caracteriza?

JAS: “Atrasado” não é a palavra. O Brasil vive um processo semelhante ao de vários outros países, pois aqui também as questões sociais e políticas relativas

a raça, sexualidade e gênero estão na ordem do dia. Há uma mudança na sensibilidade coletiva a essas questões, e há também mudanças no plano do tratamento jurídico e político. Mas se o processo é, sob certo ponto de vista, comum, precisamos prestar atenção ao seu ritmo e suas peculiaridades no Brasil.

Um efeito importante da atuação dos movimentos sociais e das políticas de promoção de direitos, adotadas e em discussão, tem sido tornar a população em geral mais sensível e auto-reflexiva em relação às discriminações e violências veladas e cotidianas que muitas pessoas sofrem por causa de sua cor, sua etnia, seu sexo ou sua sexualidade, ainda que isso se dê também segundo ritmos e intensidades bem diferentes. Outro efeito disso é promover uma compreensão mais marcadamente binária e polarizada dessas relações, que busca definir identidades bem nítidas e totalizantes - negros e brancos, mulheres e homens, GLBTs e heterossexuais, por exemplo. Isso tem sua relevância no discurso político, mas também contribui para reforçar uma certa lógica compartimentalizadora das instituições e acaba entrando em choque com outras formas de compreensão social das relações e das possíveis identidades de raça, sexualidade e gênero, que são também importantes na experiência social de muitas pessoas e não podem ser compreendidas se olharmos tudo segundo a lógica da polarizações.

GD: Que vantagens o debate internacional traz para a melhor elucidação das reflexões propostas?

JAS: Entre outras coisas, ele ajuda a dimensionar melhor o que há de singular na experiência brasileira e o que permite a comparação e a aproximação com outras experiências. Mas é também importante diversificarmos os referenciais de comparação. Muitas vezes, uma visão mais ou menos unilateral da experiência norte-americana, que levou ao desenvolvimento das políticas de identidades e de direitos especiais, surge como a referência privilegiada - quando não a única - de comparação. Nesse sentido, acreditamos que a consideração de pesquisas referidas a outros países latino-americanos ganha especial importância.

GD: A sociedade brasileira está atenta às reflexões acadêmicas voltadas a estas temáticas?

JAS: Creio que a sociedade brasileira está mais sensível ao racismo e ao sexismo nosso de cada dia, e que isso se deve, em grande parte, ao impac-

to que as discussões políticas sobre raça, sexualidade e gênero têm tido, sobretudo no plano das imagens e das representações.

Esse impacto é diferente, é mais forte com relação às questões de raça e gênero do que com relação às questões de sexualidade, por exemplo, embora mesmo essas tenham ganhado mais visibilidade pública ultimamente. Por outro lado, isso que nos parece novo não descarta simplesmente o passado. Entender as continuidades e mudanças envolvidas nesse processo social é uma tarefa que este seminário se propõe, mas que está longe de esgotar.

Como observa a professora Laura, a reflexão acadêmica é também uma reflexão política - e nesses campos, especialmente, ela se trava em uma relação rica, mas também bastante tensa, com as visões dos movimentos sociais, das políticas governamentais e das várias agências internacionais envolvidas com a promoção de *advocacy* e de pesquisa. O campo de interlocução que ajuda a produzir e divulgar essas reflexões é, assim, mais amplo e complexo do que pode parecer à primeira vista.

LAURA MOUTINHO

Gustavo Daineze: Entre as propostas do seminário está discutir “A racialização da sexualidade e a sexualização da raça”. Por que se faz necessária esta discussão?

LM: Esses campos de estudos se articularam de modo separados no Brasil. Entretanto, raça é um dos elementos mais centrais na gestão da sexualidade. No Brasil, a idéia de miscigenação sempre aparece em abstrato, mas é preciso lembrar que são pessoas concretas que casam e mantêm relações sexuais e que estas questões, em geral vistas como algo da ordem do privado, falam diretamente sobre uma certa imagem de nação. Somos uma nação retoricamente mestiça que hoje enfrenta um debate público sobre diferenciação racial.

GD: Em sua opinião, quais os setores da sociedade mais vulneráveis aos problemas sociais que envolvem a sexualidade, raça e gênero?

LM: Uma questão fundamental deste seminário é a problematização do rendimento do capital político e social da idéia de “vitimização”. Nossa idéia é, igualmente, contribuir para uma análise aprofundada da noção de “vulnerabilidade”. O entrecruzamento de raça, sexualidade e gênero é muito mais complexo que ape-

nas uma soma de sujeições combinadas. Tanto no campo político quanto no campo social as articulações dependem do contexto e de múltiplas dinâmicas.

GD: Como o debate acadêmico contribui para as alterações sociais na temática proposta pelo seminário?

LM: O debate acadêmico é também um debate político. As agendas acadêmicas e políticas possuem um diálogo complexo e se interpenetram de várias maneiras. As pesquisas que serão apresentadas no seminário vêm procurando entender essa nova sensibilidade social relativa a raça, sexualidade e gênero em sua complexa inter-relação.

GD: Em que contexto o Brasil se encontra quanto às questões que serão discutidas? O Brasil é um país suscetível às mudanças que se fazem necessárias nestas categorias sociais?

LM: O Brasil está em transformação, e não de modo isolado. Desde a Constituição de 1988 vem se expandindo no Brasil a legislação contra diversas formas de discriminação, o acesso aos direitos sociais das chamadas minorias bem como a expansão de inúmeros mecanismos de acesso à justiça. O discurso jurídico vem avançando não somente com novas definições, mas igualmente introduzindo novos personagens. Faz-se necessário registrar também a importância da temática no plano das regulações internacionais. Especialmente, a partir das grandes conferências internacionais como a de Durban em 2001, contra o racismo e a xenofobia, e as de Cairo e Pequim, que enfatizaram a discussão sobre sexualidade do ponto de vista dos direitos humanos.

Neste sentido, o Brasil vem assistindo nos últimos anos a um debate público inédito no país sobre questão “racial” e “racismo”, miscigenação e nação, direitos sexuais, homofobia, sexismo e políticas públicas com base na diferenciação por “cor/raça” dos indivíduos e orientação sexual dos indivíduos. De fato, neste campo (assim como em muitos outros), estamos navegando enquanto construímos o barco.

O seminário irá abordar esse conjunto de transformações de modo amplo e variado. Serão apresentadas pesquisas empíricas realizadas no Brasil, na Bolívia, na Colômbia e nos EUA que mostram (ao menos em parte) como essas mudanças impactam a vida de grupos e indivíduos.

Abaixo, veja quais foram os trabalhos apresentados no seminário. A íntegra pode ser assistida no IPTV/USP – www.iptv.usp.br (Transmissões > todas > 5 e 6 de Março)

05 de Março

Mesa 1- Coordenação: Júlio Simões (DA-FFLCH-USP, Brasil)

Debatedor: *Sergio Carrara*

- Tensiones en la construcción de identidades de jóvenes negros homosexuales en Cali. *Fernando Urrea (CIDSE-Universidad del Valle, Cali, Colômbia)*

- As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha **Adriana Piscitelli (PAGU/UNICAMP, Brasil)**

- “Sex and the Citizen: Barbies and Beauty Queens in the Age of Evo. - **Andrew Canessa (University of Essex, Inglaterra)**

Mesa 2 - Coordenação: Laura Moutinho (DA-FFLCH-USP, Brasil)

Debatedora: Yvonne Maggie (UFRJ)

- **Vítimas Egocêntricas: Perspectivas sobre Sexualidade, Raça, Classe e Adolescência desde um Hospital- Maternidade em Salvador, Brasil** Cecilia McCallum (UFBA, Brasil)

- Interfaces entre sexualidade, saúde, gênero e raça entre jovens do Rio de Janeiro: um olhar etnográfico - **Simone Monteiro (Fiocruz, Brasil)**

- Consuming youth: race and the sexualizing of young adulthood - **Jessica Fields (San Francisco**

State University, EUA)

06 de Março

Mesa 3 - Coordenação: Laura Moutinho (DA-FFLCH-USP, Brasil)

Debatedor: Paula Montero (DA-FFLCH-USP, Brasil)

- Mercado contemporâneo de bens eróticos: apontamentos etnográficos e notas sobre gênero e práticas sexuais - **Maria Filomena Gregori (PAGU/UNICAMP, Brasil)**

- Gênero e sexualidade na mídia - **Heloisa Buarque de Almeida (DA-FFLCH-USP, Brasil)**

- Convenções de gênero, sexualidade, classe e raça em circuitos de sociabilidade homoerótica em São Paulo - **Julio Assis Simões (DA-FFLCH-USP, Brasil)**

Mesa 4 - Coordenação: Júlio Simões (DA-FFLCH-USP, Brasil)

Debatedores: Antonio Flávio Pierucci; Márcia Lima (DS-FFLCH-USP, Brasil)

- Más que una cuestión de piel: encuentros y desencuentros heterossexuales interraciales en Bogotá - **Mara Viveros (Universidad Nacional de Colombia).**

- Gênero e sexualidade no candomblé: Uma análise simbólica do sistema de “desclassificação” do corpo. - **Vagner Gonçalves da Silva (DA-FFLCH-USP, Brasil)**

- Comparando “raça”, sexualidade e saúde em diferentes contextos nacionais. - **Laura Moutinho (DA-FFLCH-USP, Brasil)**

A UNIVERSIDADE EM DISCUSSÃO

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Programa colocou “Ensino à Distância” em debate e promoveu aprendizado de uma forma diferente.

O Serviço de Comunicação Social (SCS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com o apoio do LAPEL (Laboratório de Apoio à Pesquisa no Ensino de Letras) realizou, em 17 de março de 2008, a primeira edição de uma série de seis discussões a respeito da esfera que abrange a Universidade.

O evento, cuja temática se desenvolveu em torno de “Ensino à Distância”, contou com a participação de importantes nomes da Faculdade, como a Professora Doutora Zilda Márcia Gricoli Iokoi, do Departamento de História e o Professor Doutor Leland Emerson McCleary, do Departamento de Letras Modernas, com o intermédio da Professora Doutora Evani de Carvalho Viotti, do Departamento de Linguística.

O debate se deu de forma interessante, explorando os diversos pontos de vista sobre o tema em

questão. O Serviço agora se programa para as outras cinco edições que ainda pretende realizar até o final de 2008, todas com convidados e assuntos diversos.

Em breve, esse primeiro programa poderá ser visto no site do IPTV (www.iptv.com.br), uma vez que o material está sendo editado.

Confira um breve currículo dos primeiros docentes participantes:

DEBATEDORES:

Prof. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Mestre e doutora em História Social pela USP. É professora livre-docente da mesma Universidade, na área de História do Brasil e América Independente. Atua principalmente nas seguintes linhas: Educação, Lutas Camponesas, MST, Políticas Públicas e Questão Agrária. É diretora executiva do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância) e vice-diretora do Conselho Administrativo da Associação Museu da Tolerância de São Paulo. É vice-coordenadora do Projeto Intolerância/Tolerância Democracia e Cidadania, do Programa Institutos do Milênio CNPq.

Prof. Dr. Leland Emerson McCleary

Graduado em Inglês pela Southwestern University

(1967), tem especialização e mestrado em Ensino de Inglês como Segundo Idioma pela University Of California Los Angeles (1981 e 1982, respectivamente) e doutorado em Lingüística pela USP (1996). Atualmente é Professor Doutor da FFLCH/USP. Tem experiência na área de Lingüística com ênfase em Lingüística Aplicada. Atua principalmente nas seguintes temáticas: discurso, comunicação mediada por computador, correio eletrônico, oralidade, coesão e análise da conversação.

INTERMÉDIO:

Prof. Dra. Evani de Carvalho Viotti

Tem graduação em Direito (1978) e Lingüística (1986), ambos pela USP. Doutorado em Lingüística pela USP (1999) e pós-doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professora Doutora da Universidade onde fez suas graduações. É experiente na área de Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente junto à descrição da língua de sinais brasileira e interface entre a estrutura sintática e a estrutura conceitual.

Para mais informações:

Serviço de Comunicação Social (SCS) – FFLCH/USP
Telefone/fax: 3091-4612 / 4938 / 1513

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

DESCUBRA MAIS SOBRE A MUDANÇA QUE OCORREU NOS SERVIDORES DA FFLCH

POR RICARDO FERRAZ

Pode ser que há algumas semanas você tenha tentado acessar alguma página da faculdade — ou talvez um banco de dados, coisas desse tipo — e ficou com uma tremenda irritação quando ela não abriu. Bom, para amenizar seu sofrimento, saiba que não foi à toa que esses problemas aconteceram nos últimos tempos; eles são parte de um processo que deve melhorar o funcionamento desses mesmos serviços. Os servido-

res da FFLCH passaram por algumas mudanças, e gostaríamos de explicar para vocês o que elas significam.

Esses servidores da FFLCH, que hospedam as páginas da faculdade na web, aplicações, e ainda outros arquivos, tiveram seu sistema operacional substituído. Ou seja, eles, que antes usavam o Windows — como a maioria dos computadores pessoais —, agora passarão a usar o sistema Linux. De acordo com Ricardo

Fontoura, coordenador da seção de informática da FFLCH, o principal motivo da mudança é a segurança do novo sistema. Além disso, ele diz que o Linux ainda oferece várias outras vantagens na administração do sistema, como por exemplo, a resistência a vírus. Também não se pode esquecer da economia, já que o sistema Linux é aberto — qualquer programador pode modificar e incrementar o programa — e gratuito.

Assim, o dinheiro que seria gasto com licenças do Windows poderá ser direcionado para outras despesas.

Aproveitando essa mudança, o setor de informática está revisando os arquivos colocados pelos usuários nesses servidores. A quantidade de informação armazenada tem crescido muito, e por isso é necessário verificar se tudo que está lá é realmente relevante, ou está apenas ocupando espaço

nas máquinas. Esta é uma responsabilidade dos professores, alunos e funcionários que administram as páginas dos departamentos, centros, e outras instituições da faculdade. Segundo Ricardo, o desempenho do serviço poderia melhorar com esse uso mais consciente dos servidores. “Ocupa-se menos espaço, e o backup que fazemos é agilizado, tornando o trabalho mais eficiente”, diz.

Quanto aos problemas de indisponibilidade que aconteceram durante a mudança, ele avisa que já estão solucionados. Nesse momento, a mudança em si já foi feita, de modo que agora sobram apenas alguns pequenos ajustes, que podem tirar as páginas momentaneamente do ar. Por esse motivo, Ricardo pede um pouco de paciência aos usuários, lembrando que a mudança nos servidores da FFLCH deve trazer mais transparência e eficiência para esses serviços.

PRODUÇÃO DA FACULDADE



CADERNO DE LITERATURA EM TRADUÇÃO V.8 *ESPECIAL MULHER*

Este número do *Caderno de Literatura em Tradução* marca uma série de mudanças editoriais na revista. A primeira é a introdução de edições temáticas. O caderno 8 gira em torno do tema “mulher”.

Editora Humanitas - www.fflch.usp.br

CRIAÇÃO EM DEBATE CLAUDIA AMIGO PINO (ORG.)

Este livro *A criação em Debate*, não se refere à gênese do universo, mas ao trabalho do artista, do escritor, a partir de seus manuscritos, croquis, esboços, etc. Esta coletânea reúne estudos de diversos centros brasileiros de crítica genética, a disciplina que descreve, analisa (e agora também debate) os processos de criação.

Editora Humanitas - www.fflch.usp.br





REVERBERAÇÕES DA FRONTEIRA EM HORACIO QUIROGA

WILSON ALVES-BEZERRA

Neste livro, Wilson Alves-Bezerra propõe, inicialmente, uma revisão crítica da obra narrativa do contista uruguaio Horacio Quiroga (1878-1937) a partir da categoria da *fronteira*, entendida como o discurso do estabelecimento das fronteiras argentinas constituído ao longo do século XIX. Assim, a proposta consiste em verificar como esse discurso reverbera na obra literária de Quiroga. Para tanto, o autor parte da reflexão do crítico Ángel Rama sobre a transculturação, discutindo-a e apropriando-se, em outra chave, dos três âmbitos de análise propostos em seu modelo: o lingüístico, o literário e o ideológico. Com este trabalho, pretende-se também conferir um estatuto à obra de Quiroga a partir de sua forma, de modo a evitar os reducionismos que atribuem ao contista uruguaio os epítetos de escritor regionalista ou realista.

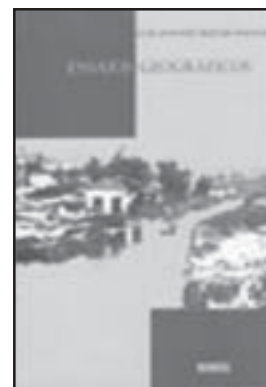
Editora Humanitas - www.fflch.usp.br

ENSAIOS GEOGRÁFICOS

LUIS ANTONIO BITTAR VENTURI

O livro *Ensaaios Geográficos* reúne algumas reflexões de interesse dos alunos de Geografia. Na primeira parte, tratam-se de questões epistemológicas e conceituais, abrangendo recursos naturais, técnica, paisagem, além da problematização da pesquisa. A segunda parte traz resultados parciais de pesquisas na área de recursos naturais e ocupação e uso do território. Finalmente, a terceira parte compõe-se de reflexões acerca do cotidiano acadêmico, como grade curricular de Geografia, o papel da universidade e a extensão universitária.

Editora Humanitas - www.fflch.usp.br



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 41 - abril de 2008



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – SCS

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938 e 3019-1513

